

## **GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx**

### **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Data: 29 de março de 2012 às 14h30minh.

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala CT 01 – Brasília/DF.

#### **Pauta**

1. Informes e proposta de calendário do GEx em 2012;
2. Apresentação sobre o status dos Planos Setoriais (coordenadores);
3. Debates sobre o processo de formalização e consulta pública dos Planos Setoriais;
4. Encaminhamentos.

A reunião foi iniciada pelo Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink, que deu boas vindas aos participantes e pediu que cada participante se apresentasse aos demais. O Secretário Klink afirmou que no ano de 2012 o GEx terá uma agenda intensa de trabalhos. Na sequência, foram feitos alguns informes:

#### **1. Informes**

##### **1.1. Fundo Clima**

A Diretora Karen Suassuna (MMA) informou sobre realização da Reunião do Comitê Gestor do Fundo Clima dia 29 de fevereiro de 2012. Na ocasião foram aprovados R\$ 30 milhões em recursos não reembolsáveis a serem executados pelo MMA e R\$ 360 milhões em recursos reembolsáveis geridos pelo BNDES referente a 2012.

O Comitê também aprovou a criação de três grupos de trabalho para discutir a estruturação de três novas linhas no âmbito dos recursos reembolsáveis: Gestão de Carbono, Cidades e Mudança do Clima e Economia Florestal. Os grupos devem começar a trabalhar no mês de abril e apresentar as propostas em agosto.

##### **1.2. GTI Monitoramento**

Foi apresentada uma proposta de organização e agenda de trabalho para o Grupo de Trabalho Interministerial de Monitoramento. Pretende-se realizar uma oficina de trabalho em 18 de abril para estabelecer as principais diretrizes e conceitos com as quais o GT trabalhará em 2012. Nessa reunião deverá ser aprovado o cronograma de trabalho para o ano de 2012, bem como a sua composição. Ressaltou-se a necessidade de criação de canal de interlocução/interface com o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mercado de Carbono, coordenado pelo Ministério da Fazenda.

##### **1.3. Grupo Interministerial de REDD+**

A Diretora Karen Suassuna (MMA) enfatizou a necessidade de se proceder as discussões do documento sobre a Estratégia Nacional de REDD em paralelo com as discussões sobre a revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e da implementação dos Planos Setoriais.

Foi estabelecido que os ministérios participantes do GTI REDD+ receberão o texto-base com diretrizes da estratégia na semana de 9 a 13 de abril.

Na próxima reunião do GEx, prevista para 16 de abril, será discutida a agenda que foi encaminhada em 13 de dezembro ao Grupo Executivo. O intuito será definir o tratamento de alguns aspectos técnicos e metodológicos específicos. Por exemplo: (i) arquitetura financeira, (ii) povos indígenas e populações tradicionais, (iii) participação dos entes federados e (iv) incentivos positivos aos agentes econômicos. O prazo para apreciação e comentários dos ministérios ao texto-base, por escrito, será até 30 de abril de 2012.

No dia 07 de maio, será realizada uma reunião interministerial com o objetivo de fechar

posição a respeito das diretrizes propostas e, a partir disso, será apresentada uma nova versão de texto em até 20 dias.

Espera-se concluir e publicar a estratégia nacional em 2012. O texto-base em questão será oferecido à inclusão no Plano Nacional de Mudanças do Clima (a ser revisado em 2012).

#### **1.4. Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mercado de Carbono**

A Sra. Beatriz (MF) informou que o Grupo de Trabalho Interno sobre Mercado de Carbono (GT-MF), vai consolidar relatório do Grupo do Ministério da Fazenda sobre potencial e custo-efetividade da utilização de instrumentos de mercado para a redução de emissões nos setores incluídos na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). O relatório será, então, disponibilizado para discussão do GT Interministerial (GTI) (previsão de envio do documento no dia 9 de abril). O MF indicou que deverá ser convocada uma reunião do GTI ainda em abril.

A representante do MF informou ainda sobre realização de viagem à China, que teve por objetivo a participação de dois representantes do Ministério da Fazenda no 2º Workshop Técnico e na 1ª reunião extraordinária da Assembléia da Parceria para Preparação de Instrumentos de Mercado (*Partnership for Market Readiness – PMR*) do Banco Mundial. Em seguida à participação nas atividades da PMR, também foram visitados alguns órgãos do governo e empresas de consultoria chinesas, que estão trabalhando na definição de projetos pilotos de Cap & Trade em algumas províncias. A impressão das visitas é a de que o Governo Central da China deverá escolher o modelo mais bem sucedido dentre os projetos-pilotos desenvolvidos para ser implementado em nível nacional, possivelmente a partir de 2015/2016.

#### **1.5. Contratação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE**

A Sra. Karen Suassuna informou sobre contratação do CGEE para auxiliar a equipe do MMA na avaliação e revisão do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, e para prestar apoio técnico ao GTI sobre Monitoramento.

#### **1.6. Reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC**

A Sra. Leiza Dubugras (Casa Civil) informou que a próxima reunião do FBMC está prevista para o dia 4 de abril e contará com a participação da Presidenta da República, Sra. Dilma Rouseff, que é presidenta do FBMC.

Dentre os pontos da pauta, estão previstas a apresentação de relatório de atividades do FBMC e o informe sobre a situação dos Planos Setoriais, a ser apresentado pela Ministra Izabella Teixeira. Os convites para essa reunião serão enviados por correio eletrônico para os membros do GEx, CIM e CIMGC. A confirmação de presença poderá ser feita diretamente com a Sra. Leiza Dubugras.

## **2. Apresentação sobre o status dos Planos Setoriais**

### **2.1. Plano de Transportes e Mobilidade Urbana**

Foi informado que no dia 16 de março foi realizada reunião no Ministério das Cidades, que contou com a presença de representantes do Ministério dos Transportes, ANTT, ANTAQ, DNIT, EPE/MME, CNT, Instituto Economia e Meio Ambiente (IEMA), MMA e organizações da sociedade civil com o intuito de colher subsídios para o Plano de Transportes de carga e de Mobilidade Urbana.

Informou-se também sobre a realização de reunião em São Paulo que contou com a participação dos setores privado, acadêmico e governos locais (por exemplo Governo do Estado de São Paulo, Prefeitura de São Paulo, Metrô de São Paulo, ANTP, dentre outros). Na ocasião, foram apresentadas contribuições para a construção de cenários referentes à mobilidade urbana, indicando-se como principal questionamento a utilização do índice de rede (IR).

Ressaltou-se a promulgação da Lei n. 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que obriga os municípios com mais de 20.000 habitantes a realizarem um Plano de mobilidade urbana. Com base nesses planos será possível estabelecer uma estrutura real

das redes de transportes nos municípios. Destacou-se a importância de que o próximo PPA já preveja os recursos necessários para estes investimentos.

Foi relatada a realização de reuniões com representantes do município e Estado de São Paulo e também do Rio de Janeiro com o objetivo de colher dados específicos sobre essas áreas metropolitanas, que assim como Belo Horizonte, serão incluídas no Plano Setorial de Transportes. Outras regiões metropolitanas brasileiras, como o Distrito Federal, serão mencionadas no âmbito do PAC da Copa e do PAC 2 - Programa Grandes Cidades.

Também foram realizadas reuniões semanais no Ministério dos Transportes para o tratamento das informações recebidas e compatibilização das informações do BEN (Balanço Energético Nacional), realizado pela EPE, com os inventários do PNLT (Plano Nacional de Logística e Transportes) utilizada no Plano Transportes. Foi informado sobre a atualização anual do Inventário Rodoviário e Ferroviário, porém ainda falta sistematizar o inventário aquaviário.

## **2.2. Plano Setorial da Indústria**

O Sr. Alexandre Comin (MDIC) informou sobre acordo de cooperação entre MDIC, CNI e MMA com objetivo de manter uma troca de informações sobre mudanças climáticas e sobre a contratação do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - GVCES para subsidiar o Plano Indústria.

O Sr. Comin fez apresentação sobre o estágio atual do Plano Indústria. Ressaltou que o Plano Indústria está voltado para metas relativas e não absolutas, com o objetivo de promover a eficiência energética na indústria e ganhos de competitividade para o setor industrial frente a cenários futuros internacionais.

O Plano está dividido em 4 pilares:

1. Potencial de redução de 5% em cima das emissões projetadas para 2020;
2. Gestão de carbono: contabilização das emissões de GEE das plantas industriais dos setores de cimento, química, alumínio e papel e celulose a partir de 2013, e dos setores de cal, vidro, aço e ferro-gusa a partir de 2014. Ainda deverá ser definido o porte das indústrias a serem incluídas nessa fase;
3. CTPIIn (Comissão Técnica do Plano Indústria): com a função de monitorar as ações e elaborar relatórios anuais, fundamentações técnicas e revisões do plano;
4. Plano de ação: gestão de carbono; reciclagem e aproveitamento de co-produtos; eficiência energética; tecnologias de baixo carbono; manutenção da eficiência em carbono.

## **2.3. Plano Setorial da Saúde**

O Plano Setorial da Saúde inclui as ações voltadas para adaptação no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e está sob responsabilidade da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde (MS). Foi ressaltado que o Plano deverá ser inicialmente realizado no âmbito do MS, mas precisa ser negociado entre as 3 esferas da federação, conforme prevê a arquitetura do SUS. Foi informado já terem sido elencadas todas as ações do PPA do Ministério que contemplem as mudanças climáticas. Os eixos do plano foram baseados em protocolo da OPAS/OMS.

A versão final do Plano de Saúde esta prevista para ser entregue em agosto de 2012, porque está faltando discutir com as outras Secretarias do Ministério e suas vinculadas (ANVISA, ANS). No dia 16 de abril será entregue uma versão preliminar do Plano Saúde.

## **2.4. Pesca e Aquicultura**

Segundo o Sr. Alexandre Kirovsky (Min. Pesca e Aquicultura), o Plano será elaborado com recursos do Fundo Clima e deverá ser feito um aditivo de prazo, forma e valor junto ao Fundo. Informou ainda que o Plano Setorial está sendo elaborado com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e com o IVIG – COPPETEC, com previsão de ser concluído em agosto de 2012.

## **2.5. Plano de Mineração**

O Plano de Mineração, apesar de ter sido concluído em dezembro de 2011, continuou a ser aperfeiçoado, aproveitando o espaço de prorrogação dado para a finalização dos Planos Setoriais. Em março de 2012, o plano foi apresentado às empresas do setor para a sua validação, buscando-se incorporar as sugestões feitas.

## **3. Debates**

- Foi indicado pela sra. Karen Suassuna que se encontra pendente uma discussão entre o MME e o MMA, a ser retomada esse ano, com relação à possível elaboração de um Plano Setorial de Recursos Hídricos;
- Karen Suassuna informou que o PPCDAM está em processo de revisão e que o Plano deve ser finalizado dentro dos próximos meses. Finalizada a revisão do PPCDAM, deve ser iniciada a revisão do PPCerrado;
- A Sra. Karen Suassuna informou sobre a condução da contratação da FGV, sob a Chamada do Fundo Clima de 2011, para a elaboração de um estudo sobre Adaptação que poderá convergir para o Plano Nacional de Adaptação, que deverá ser elaborado no período de 2013 a 2014;
- A Sra. Karen Suassuna informou que uma vez finalizados os Planos Setoriais no dia 16 de abril de 2012, se dará início o processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e que há a expectativa de que a nova versão do Plano seja apresentada em dezembro de 2012;
- Foi informado que MMA/IBAMA e MDIC realizarão reunião conjunta para debater a elaboração do Plano Siderurgia/Carvão Vegetal, cuja coordenação está a cargo do MDIC. Como o Plano tem uma sobreposição com o Plano ABC, o MAPA deverá ser incluído na discussão. Foi explicitado que o processo de carvoejamento está sendo tratado pelo MDIC, enquanto a origem da madeira deverá ser abordada entre MMA/IBAMA e MAPA;
- Sobre o setor de construção civil citado na Política, este está coberto no âmbito do Plano Setorial da Indústria em relação a alguns bens materiais (cimento, alumínio e cal), porém talvez seja necessário uma discussão entre MDIC e MCidades;
- A sra. Karen Suassuna sugeriu que o FBMC, o MMA e os coordenadores dos Planos Setoriais trabalhassem em uma proposta sobre como se daria o processo de validação dos Planos Setoriais no âmbito da sociedade Civil. Tendo em vista o envolvimento dos coordenadores na finalização dos planos setoriais, foi estabelecido que o FBMC, Casa Civil e MMA apresentarão proposta preliminar de formato de consulta pública ao GEx na reunião do dia 16 de abril de 2012;
- A Sra. Karen Suassuna indicou que o MMA encaminhou as versões preliminares dos Planos Setoriais à Casa Civil, para conhecimento, em dezembro de 2012;
- A Sra. Leiza Dubugras (Casa Civil) informou não haver necessidade da edição de Decreto Presidencial para a publicação dos Planos Setoriais. Informou que numa primeira análise realizada para o Plano ABC, a consultoria jurídica da Casa Civil indicou que não haveria necessidade da publicação de um decreto para cada plano, mas o assunto ainda está sob avaliação da jurídica. A orientação inicial da Casa Civil seria o lançamento do plano por portaria ministerial.

## 4. Encaminhamentos

### 4.1. Reuniões do GEx previstas para 2012:

- 2ªreunião: 16 de Abril 2012
- Reunião extraordinária: 23 de Abril 2012
- 3ªreunião: 29 de Maio 2012
- 4ªreunião: 03 de Julho 2012
- 5ªreunião: 31 de Julho 2012
- 6ªreunião: 28 de Agosto 2012
- 7ªreunião: 25 de Setembro 2012
- 8ªreunião: 30 de Outubro 2012
- 9ªreunião: 11 de Dezembro 2012

4.2. FBMC, Casa Civil e MMA apresentarão uma proposta preliminar de formato de consulta pública ao GEx na reunião do dia 16 de abril de 2012;

4.3. Na reunião do dia 16 de abril haverá apresentação sucinta sobre o conteúdo dos Planos Setoriais. Estes serão encaminhados aos Membros do GEx, que terão prazo de uma semana para avaliação (reunião dia 23/abril);

4.4. Na reunião extraordinária do dia 23/abril, serão apresentadas as considerações dos membros do GEx sobre os Planos, que serão então encaminhados ao CIM;

4.5. A Casa Civil agendará reunião do CIM logo após o dia 23/abril para recebimento dos Planos Setoriais e definição do processo de consulta pública;

4.6. O GT de Monitoramento realizará uma oficina de trabalho em 18 de abril para estabelecer as principais diretrizes e conceitos com as quais pretende trabalhar em 2012;

4.7. Quanto ao GT REDD, na próxima reunião do GEx, 16 de abril, está previsto discutir a agenda que foi encaminhada em 13 de dezembro ao Grupo Executivo. O prazo para apreciação e comentários dos ministérios ao texto-base, por escrito, será até 30 de abril de 2012.